



Pesquisa e Educação na Contemporaneidade: Perspectivas Teórico-Methodológicas  
Caruaru, 13 e 14 de setembro de 2012

Eixo Temático 5 - Política e Gestão Educacional

## **UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE GRAVATÁ-PE.**

**Mônica Cavalcanti da Silva - UFPE/CAA**

**RESUMO:** O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública municipal, localizada na zona rural da cidade de Gravatá - PE. O objetivo geral do nosso estudo foi refletir sobre a participação da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico da escola. A abordagem metodológica para realização da pesquisa baseou-se em procedimentos de pesquisa qualitativa, tendo como estratégias para coleta dos dados, a análise documental e a aplicação de entrevistas semi-estruturadas. A análise dos dados buscou verificar se o processo de construção do projeto político-pedagógico possibilitou a participação efetiva de toda comunidade escolar na construção desse documento. Ao término da pesquisa concluímos que a construção da proposta pedagógica não aconteceu de forma democrática e participativa, aconteceu como o simples cumprimento de uma tarefa burocrática exigido por instâncias administrativas superiores.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação. Comunidade. Projeto Político-Pedagógico

### **1 INTRODUÇÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 em seu artigo 12º, incisos I e VI, se refere ao projeto político-pedagógico afirmando que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Reconhecemos a importância da temática do projeto político-pedagógico na LDB, entretanto, destacamos que a construção do mesmo não deve acontecer apenas para cumprir as exigências legais, mas também, deve ser considerado, como um importante instrumento que norteia o cotidiano escolar. Nesse sentido, é importante percebermos a necessidade da construção e da vivência desse documento na escola, e a importância da participação de todos os sujeitos que fazem parte da escola na elaboração do referido documento.

Entendemos que um dos pressupostos fundamentais na construção do projeto político-pedagógico é a participação ativa e consciente da comunidade escolar. Nesse sentido, nos apoiamos em Aguiar (2007, p.51) que nos diz que “a participação é a integração e o engajamento de todos no processo decisório. Para que haja qualidade nesse processo os participantes têm de ter conhecimento do termo em evidência”.

Cientes do que define a LDB a cerca do modo como deve ser construído o projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino, e embasadas em estudos teóricos sobre projeto político-pedagógico, participação e gestão democrática, surge-nos o interesse em analisar o processo de participação dos sujeitos que fazem parte de uma determinada escola na construção do seu projeto político-pedagógico.

Nosso estudo teve como campo uma escola pública municipal, localizada na zona rural da cidade de Gravatá, região Agreste de Pernambuco. A escola atende a estudantes da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental e é composta por duas turmas multisseriadas<sup>1</sup>, totalizando 42 alunos, e funciona apenas no turno da manhã. Assim, a problematização central de nossa pesquisa foi: O processo de construção do projeto político-pedagógico da escola pesquisada possibilitou a participação efetiva de toda comunidade escolar na construção desse documento? Para nortearmos este estudo estabelecemos como objetivo geral verificar as ações utilizadas no processo de construção do projeto político-pedagógico, investigando o nível de participação da comunidade escolar na construção desse documento. Para atingirmos tal objetivo delinear os seguintes objetivos específicos: verificar se o processo de construção do projeto político-pedagógico implicou em uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; identificar e relatar o nível de participação da comunidade escolar na construção do referido documento.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada em nosso estudo foi a pesquisa qualitativa, que de acordo com Minayo (1994, p. 21), “responde a questões muito particulares, ela se

---

<sup>1</sup>O fenômeno das classes multisseriadas ou unidocentes, caracterizadas pela junção de alunos de diferentes níveis de aprendizado (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente submetida à responsabilidade de um único professor, tem sido uma realidade muito comum dos espaços rurais brasileiros, notadamente nas regiões Norte e Nordeste.

preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Como instrumentos de coleta de dados, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas e da análise documental. Segundo Lüdke; André (1986, p.34) “ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados”. Dentre os diferentes métodos de entrevistas optamos pelo uso da entrevista semi-estruturada, visto que esta “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.34). A utilização da análise documental encontra justificativa na medida em que Lüdke; André (1986) apontam sua relevância ao afirmarem que “os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). A análise e a interpretação dos dados se deram pelo viés da análise de conteúdo, que de acordo com Minayo (1994, p.74), “possibilita caminharmos rumo ao desvelamento do que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além das aparências do está sendo comunicado”.

Os sujeitos de nossa pesquisa foram três mães de estudantes da escola, a merendeira, a coordenadora pedagógica e as duas professoras. Tendo assim um total de sete sujeitos entrevistados. Destacamos que os sujeitos do estudo foram identificados pela letra “S” seguida de um número: S-1 para sujeito 1, S-2 para sujeito 2 e assim sucessivamente.

### **3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UM INSTRUMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Comumente, percebemos, principalmente no contexto das escolas públicas do Brasil, que o projeto político-pedagógico, em algumas realidades, tem sido encarado apenas como um documento burocrático exigido às escolas e que é construído por um grupo restrito, na maioria dos casos pelo grupo gestor, apenas para atender a uma exigência administrativa superior. Aguiar (2007) nos trás uma definição da verdadeira intencionalidade do projeto político-pedagógico:

O projeto político-pedagógico não é só um documento, algo burocrático que a escola redige para cumprir prazos ou para estar quite com as instancias superiores administrativas. Pelo contrário, devem ser entendidas a profundidade, a importância e a dimensão de tal processo dialético de ação – reflexão, no qual a identidade escolar é resgatada e atrelada à identidade do sujeito humano, seu participante ativo na construção do conhecimento e da cidadania de forma contínua, dinâmica e histórica (AGUIAR, 2007, p. 51).

No entanto, uma postura educacional de construir um documento que tem o intuito de ser a identidade da escola e da comunidade assistida por essa instituição, como um simples cumprimento de uma tarefa burocrática, não é suficiente para garantir que esse documento realize verdadeiramente a tarefa que lhe compete. Veiga (2004), que nos diz que:

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2004, p.14).

Entendemos a necessidade da construção desse documento e de sua vivência no cotidiano da escola, não só nas práticas de sala de aula, mas em todo contexto escolar. Inclusive, o entendemos como um instrumento de construção e de afirmação da identidade da escola e da comunidade que frequenta a mesma, das pessoas que confiam a educação e a formação de seus filhos a esse estabelecimento de ensino. Assim, nos remetemos novamente a Veiga (2004) que trata sobre a finalidade do projeto político-pedagógico dizendo:

O projeto político-pedagógico não é um documento acabado, mas um movimento participativo em contínua transformação; um movimento processual de luta contra a fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, contra a dependência e os efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central (VEIGA, 2004, p. 78).

Nessa perspectiva entendemos que é de fundamental importância que os sujeitos envolvidos com a escola tenham oportunidade de participação e consciência de sua importância. Para Aguiar (2007, p.50), “a participação em seu sentido pleno caracteriza-se pelo poder de atuação consciente, decidindo e agindo com competência e vontade de compreender o cotidiano”. É compreensível que para que o projeto político-pedagógico alcance o fim que se destina é necessário que a escola possua uma gestão democrática, participativa e descentralizada, que dialogue com o corpo docente e não docente e com

a comunidade. Uma gestão que entenda que “a construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério” (VEIGA, 2004, p. 22).

A construção do projeto político-pedagógico precisa estar voltada para as necessidades e possibilidades da comunidade escolar. Veiga (2004, p.35) trata desse processo de construção dizendo que “aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo”. O projeto político-pedagógico precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação. Santiago (2009, p.106) contribui dizendo que “o processo de construção do projeto político-pedagógico da escola é ao mesmo tempo um modo de pensar – projetar – construir uma cultura escolar com o trabalho coletivo na perspectiva do direito.”

Entendemos que o processo de gestão democrática deve acontecer de forma que a comunidade escolar tenha a oportunidade e os esclarecimentos necessários para construir junto à escola uma participação efetiva e consciente no que diz respeito aos rumos que a escola está trilhando. Percebemos que a participação dos sujeitos envolvidos no processo escolar é fundamental para efetivação de uma gestão democrático-participativa. Libâneo (2005, p.328) nos diz que “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. Nesse sentido, um dos maiores desafios da escola ainda é conseguir efetivar a participação compromissada de todos os sujeitos que fazem parte da escola. Entendemos participação não como a aglomeração do corpo docente, dos funcionários, e da comunidade dentro dos muros da escola em reuniões esporádicas, mas sim como formas de construir uma conscientização de participação, criando na escola e nos sujeitos uma cultura de participação na vida escolar.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Analisamos a proposta pedagógica da escola que foi construída no ano de 2007. A proposta abrange 54 escolas do campo. Há um Plano de Ação para Educação do Campo anexo a essa proposta pedagógica, construído em dezembro de 2010. Esse plano

de ação foi construído pelos professores/as das escolas do campo do município, com o auxílio das quatro coordenadoras pedagógicas que os acompanham.

Segundo S-2 e S-3, esse plano de ação depois de construído por professores/as, foi organizado pela equipe de coordenação pedagógica, apresentado e discutido na primeira reunião do ano letivo de 2011 com os/as professores/as das escolas do campo do município. Porém, S-3 nos diz: *“nem todos os professores participaram, alguns não foram para essa reunião. Ai no final das contas quem fez a parte deles foi a coordenação”*. (Sujeito3, 30/09/2011)

Em sua apresentação, a proposta pedagógica afirma *“Este documento, produzido pelos professores e pela equipe pedagógica desta Secretaria de Educação, em sintonia com o sentimento dos pais e alunos que fazem parte da comunidade escolar...”* (Proposta Pedagógica das Escolas de Base, p.6 – Acesso em: setembro de 2011). E a mesma proposta segue afirmando:

Para tanto, foram adotadas estratégias de ação para sua concretização, e através da Equipe de Sistematização, formada por membros das equipes gestora e pedagógica desta Secretaria de Educação, foram realizadas reuniões, recolhidas informações através de perguntas escritas e oportunizado debates que deram suporte necessário a materialização da nossa intencionalidade educacional. (PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DE BASE, 2007, p. 6)

Após analisar o que afirma a Proposta Pedagógica e as falas dos sujeitos entrevistados ao longo da pesquisa, foi possível identificar que a comunidade não teve participação na construção da proposta pedagógica da escola. Salvo a educadora que atua na escola desde 2005, pois essa afirma ter recebido o convite da secretaria de educação para participar da construção da proposta pedagógica das escolas do campo. Porém S-2 diz que *“apenas fiquei lá sentada com as outras professoras, não fiz nada, não falei nada, quando acabou fui embora e até hoje nunca recebi esses papéis aqui na escola”*. (Sujeito 2, 30/09/2011). Completando a fala de S-2, S-3 nos diz *“eu nunca ouvi falar dessa proposta pedagógica, já participei de várias reuniões desde que estou ensinando neste município, mas em nenhuma dessas reuniões e encontros sequer se mencionou esse assunto.”* (Sujeito 3, 30/09/2011).

As mães entrevistadas e a funcionária da escola afirmam não terem participado da construção da proposta e não conhecerem sua função no cotidiano escolar. S-4 nos responde quando questionamos se conhece o projeto político-pedagógico da escola e se participou da construção desse documento, dizendo *“não sei o que é e não participei. Participo das reuniões no começo do ano ou durante o ano porque as professoras*

*acham que devo participar. E das reuniões sobre a merenda, quando recebo o convite.”* (Sujeito 4, 30/09/2011)

Durante as entrevista com as mães dos alunos/as, indagamos se a proposta pedagógica foi apresentada em algum momento às famílias dos alunos/as ou se houve algum convite para participação ou discussão sobre a proposta pedagógica da escola. E como resposta obtivemos: *“Não. Não sei nem o que é isso, já participei de reunião de tudo que é tipo nessa escola, sempre que recebo o recado venho, mas nunca ouvi falar disso não”*. (Sujeito 5, 18/10/2011). E S-6 completa: *“Não. Sobre esse assunto eu nunca fui chamada não”*. (Sujeito 6, 18/10/2011). E S-7 também nos diz: *“Não. Nem sei o que é, mas se tivessem chamado eu tinha vindo sim. Sempre venho quando tem alguma coisa na escola.”* (Sujeito 7, 24/10/2011).

Já na entrevista com S-1, percebemos que ela acredita que a proposta foi construída de forma democrática e participativa. De acordo com S-1 *“foi democrática a construção, pois foi combinada com toda equipe da secretaria de educação e da coordenação, e os professores estavam lá, participaram também.”* (Sujeito 1, 15/10/2011).

Analisando os dados na perspectiva de participação discutida em nossa fundamentação teórica, observamos que a equipe da secretaria de educação do município se encarregou de construir a proposta pedagógica sem levar em conta as particularidades da comunidade e as finalidades da escola, sem mobilizar os sujeitos envolvidos com a escola, não despertando na comunidade o anseio de participar desse momento importante de crescimento e de afirmação da escola.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível identificar que a construção da proposta pedagógica do município para as escolas do campo, não aconteceu de forma democrática e participativa. Aconteceu como o simples cumprimento de uma tarefa burocrática e administrativa, exigida às escolas por instâncias superiores.

A secretaria de educação do município se encarregou de elaborar toda a proposta pedagógica, e não abriu espaços de participação para a comunidade, nem criou

estratégias que pudessem despertar na comunidade o anseio por participar das discussões e decisões dos rumos da escola.

Identificamos na fala dos sujeitos entrevistados que fazem parte da comunidade escolar que nunca se tratou, nem se discutiu, nem ao menos se falou desse assunto na escola. Para tanto, este estudo possibilitou ainda, percebermos que ainda existem grupos gestores que não reconhecem a importância da participação da comunidade nas decisões dos rumos da escola.

## **6 REFERÊNCIAS**

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, SP: Epu, 1986.

AGUIAR, Maria da conceição Carrilho de. (Org.). **Organização, financiamento e gestão escolar: Subsídios para a formação do professor**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

**PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO DE CAMPO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ/ BIÊNIO: 2010-2012**. (Acesso em: 01 de setembro de 2011.)

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS DE BASE DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ**. (Acesso em: 01 de setembro de 2011.)

SANTIAGO, Eliete. (Org.). **Políticas e gestão da educação básica**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica: projeto político-pedagógico; Educação superior: projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)